

AO SUPERINTENDENTE DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS;
A SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO HOSPITALAR;
A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES/MT;

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 525454/2021

ASSUNTO: DENÚNCIA DE ILEGALIDADE EM CERTAME LICITATÓRIO

LIFE GESTÃO E SERVIÇOS EM MEDICINA INTENSIVA LTDA, CNPJ/MF nº 30.694.025/0001-01, com sede à Avenida Presidente Kennedy, nº 2207, Sala 02, Bairro Jardim Urupês, na cidade de Rondonópolis/MT, CEP 78.715-201, e-mail: life.medicina.intensiva@gmail.com, e telefone: (66) 99629-7229, neste ato representada por seu sócio administrador, **RENÊ ANDRÉ BOSIO DOS SANTOS**, CI/RG nº 9.564.282 SSP/SP, CPF/MF nº 009.422.498-60, com domicílio à Avenida Presidente Kennedy, nº 2207, Sala 02, Bairro Jardim Urupês, na cidade de Rondonópolis/MT, CEP 78.715-201, e-mail: rbosios@hotmail.com, telefone (66) 99984-8902, vem por meio de seu advogado **LEONARDO SANTOS DE RESENDE**, OAB/MT 6.358-O, devidamente constituído com endereço profissional sito à Rua Dom Pedro II, nº 1.451, Jardim Urupês, CEP 78.715-208, Rondonópolis/MT, e-mail: contato@advresende.com.br, telefone (66) 3423-2724, apresentar **DENÚNCIA**, acerca de ilegalidade ocorrida no Certame **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022**, expor e requerer o quanto se segue:



1. SÍNTESE FÁTICA

Em **16/05/2022**, o **ESTADO DE MATO GROSSO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, por meio da **SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**, promoveu a abertura da sessão de julgamento para análise das propostas mais vantajosas para o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022**, modalidade menor preço por grupo, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2022**, para o registro de preços para a ***"Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços médico de Medicina Intensiva de leitos de UTI Adulto, Pediátrico e Neonatal, no âmbito das unidades hospitalares sob a gestão direta da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso"***.

A empresa **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, CNPJ: 14.074.423/0001-60, teve sua proposta no valor de **R\$ 2.979.993,44** (dois milhões, novecentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos) declarada vencedora no certame **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022**, para a prestação dos serviços licitados no **GRUPO 1 (HOSPITAL REGIONAL DE RONDONÓPOLIS "IRMÃ ELZA GIOVANELLA")**.

Ocorre que a referida licitante foi **INDEVIDAMENTE** declarada vencedora no certame, uma vez que **NÃO** atende os requisitos elencados no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022**, conforme fatos e fundamentos que se seguem.

2. DO CABIMENTO

Como é do conhecimento, em procedimentos licitatórios, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** deve observar o princípio constitucional da **isonomia**, disposto no **ARTIGO 150, INCISO II** da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, ao qual está baseado no princípio da **legalidade**, **impressoalidade**, **moralidade**, **igualdade**, **probidade**, entre outros, sendo vedado **admitir**, **prever**, **incluir** ou mesmo **tolerar**, condições que **comprometam**, **restringam** ou **frustrem o caráter competitivo** de certames licitatório, conforme dispõe os **ARTIGOS 1 e 3, § 1º, INCISO I** da **LEI 8666/93 (LEI DE LICITAÇÕES)**.

Neste diapasão, o **ARTIGO 37** da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** preceitua que, eventual **ilegalidade** ocorrida no curso do processo licitatório, poderá ser sanada a qualquer tempo:

Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:" (grifo nosso).

Desta forma, é o presente para expor e requerer as devidas providências, para que sejam sanadas as **nullidades/ilegalidades** ocorridas no certame, visando o melhor interesse público.

3. DO MÉRITO

3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

Como é do conhecimento, a comprovação **equilíbrio econômico-financeiro** dos licitantes, segundo **ARTIGO 31** da **LEI Nº 8.666/1993 (LEI DE LICITAÇÕES)** é requisito **fundamental** para **habilitação** e posterior **adjudicação** do objeto contratado:

Art. 31. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** limitar-se-á a:

I - **balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do **último exercício social, já exigíveis** e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Neste interim, a empresa declarada vencedora do **GRUPO 1 (HOSPITAL REGIONAL DE RONDONÓPOLIS "IRMÃ ELZA GIOVANELLA")**, denominada **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA** (CNPJ: 14.074.423/0001-60) deixou de apresentar **BALANÇO PATRIMONIAL** do **ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL** (**2021**), tendo apresentado **BALANÇO PATRIMONIAL** relativo ao exercício de **2020**.

Ocorre inclusive que o próprio Edital do certame, no **ITEM 12.12.3, EXPRESSAMENTE PREVÊ** que o **BALANÇO PATRIMONIAL** à ser apresentado é o do **ULTIMO EXERCÍCIO SOCIAL**, não havendo qualquer **previsão** ou **menção** acerca de eventual **prorrogação de validade** ou aceitação de balanço de exercício anterior:

12.12.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Em vista do ocorrido, foi protocolado em **20/05/2022, RECURSO ADMINISTRATIVO** acerca da decisão que declarou a **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA** (CNPJ: 14.074.423/0001-60) **habilitada/vencedora** do **GRUPO 1 (HOSPITAL REGIONAL DE RONDONÓPOLIS "IRMÃ ELZA GIOVANELLA")**.

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** em sua decisão, **INDEFERIU** o **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, fundamentando que o **BALANÇO PATRIMONIAL** de **2020**, apresentado pela empresa **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, estaria dentro do período de validade, com base na **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.003, de 18 DE JANEIRO DE 2021**, da Receita Federal, a qual determinou o prazo de **31/05/2022** como o final para o envio da **Escrituração Contábil Fiscal**.

Entretanto, **NÃO** há qualquer menção ao referido dispositivo (**IN 2003/2021**) no Edital do Certame, devendo a administração observar o disposto no **ARTIGO 3º, ARTIGO 41 e ARTIGO 55, INCISO XI, da LEI Nº 8.666/1993**, que rege o procedimento licitatório, qual seja, o **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, INARREDÁVEL** em certames licitatórios, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade

administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XI - a **vinculação ao edital de licitação** ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Contudo, tal **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, **não se aplica** ao presente caso, visto que segundo dispõe o **ARTIGO 1.078 do CÓDIGO CIVIL**, o **EXERCÍCIO SOCIAL** se encerra no **último dia útil do ano calendário** e a entrega do **BALANÇO PATRIMONIAL** deverá ser feita até o último dia útil do 4º mês, contado do fim do exercício, portanto, **30/04/2022**:

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, **nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social**, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e **deliberar sobre o balanço patrimonial** e o de resultado econômico.

A indigitada **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.003/2021**, **NÃO** prevalece hierarquicamente sobre **lei em espécie**, de modo que mera instrução normativa perfaz norma de caráter **secundário**, que sequer está elencada no rol do **ARTIGO 59**, da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** de que trata da hierarquia das normas:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Desta forma, sendo o **CÓDIGO CIVIL, LEI ORDINÁRIA** e de **espécie normativa PRIMÁRIA**, prevalece sobre mera **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, que não tem força de lei, e, no mesmo sentido foi o parecer da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS** em caso correlato:

A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 787/2007** a que se refere a recorrente, em seu art. 1º, **esclarece que é instituída a Escrituração Contábil Digital para fins fiscais e previdenciários. Imperioso destacar que tal norma não poderia se prestar a inovar disposição legal**. No caso, o Código Civil pátrio, em seu Capítulo IV -Da Sociedade Limitada, prescreve:

“Art. 1078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;”

As regras relativas ao balanço digital são tributárias, instituídas para fins de fiscalização dos tributos a serem recolhidos. Para fins de licitação, necessária observância da norma de regência. Desta feita, não merece reparo a decisão da pregoeira, de inabilitação da empresa que não apresentou o balanço patrimonial exigível na forma da lei. Diante do exposto, conheço do recurso para, no mérito, **NEGAR LHE PROVIMENTO.**” (Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Tocantins – Processo administrativo nº 2011.0701.000114 – DOETO de 03/06/2011. Pg. 38 e 39.)

Portanto, o **BALANÇO PATRIMONIAL** apresentado pela empresa vencedora referente **ao exercício de 2020**, estava em **desacordo com as exigências e condições do ato convocatório para habilitação dos licitados**, visto que deveria ter sido apresentado o **BALANÇO PATRIMONIAL** referente ao exercício de **2021**, conforme expresso no **EDITAL Nº 032/2022**.

3.1.1. DA NULIDADE DA DECLARAÇÃO DE ME/EPP – DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

No caso em epígrafe, impende ainda destacar que, além de ter apresentado **balanço patrimonial** desatualizado (2020), a empresa vencedora **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, deliberadamente agiu com **DOLO** ao deixar de apresentar o **balanço patrimonial** referente ao **exercício de 2021**.

Como é do conhecimento, a **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**, prevê o tratamento favorecido para a **MICROEMPRESA** e **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, concedendo vantagem sobre as propostas dos demais licitantes, todavia, para a manutenção das referidas benesses, a empresa não poderá ter faturamento superior a **R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil) reais**.

Ocorre no caso em epígrafe que a empresa **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, segundo dados do **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**, tem junto a esta **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - SES**, contratos em licitação com notas fiscais **EMITIDAS E LIQUIDADAS** no ano de **2021** que somam a monta de **R\$ 6.637.862,61** (Seis milhões seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), **valor muito superior ao permitido pela LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 para fins de enquadramento como MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP.**

Portanto, a **LICITANTE** vencedora apresentou declaração no certame em **15/05/2022**, como **BENEFICIÁRIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP** disposto na **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**, a qual regulamenta o tratamento favorecido a **MICROEMPRESA** e **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, obtendo para si, **VANTAGEM MANIFESTAMENTE INDEVIDA** em relação aos demais licitantes, passível de declaração de **INIDONIDADE**.

14.074.423/0001-60 EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ME/EPP

Data Declarações: 15/05/2022 17:11

Declaração MEE/EPP: SIM

Declaração de Ciência Edital: SIM

Declaração Fato Superveniente: SIM

Declaração de Menor: SIM

Declaração Independente de Proposta: SIM

Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM



DECLARAÇÃO ME/EPP

Pregão eletrônico 32/2022 UASG 926289

Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ: 14.074.423/0001-60 - EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA

15 de Maio de 2022.

Segundo levantamentos efetuados no sistema **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**, apenas com as notas fiscais **EMITIDAS E LIQUIDADAS** pela **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES**, a empresa **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA** (CNPJ 14.074.423/0001-60), teve um faturamento de cerca de **R\$ 6.637.862,61** (Seis milhões seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), desconsiderando eventuais receitas de contratos municipais ou federais, vide planilha anexa (DOC. 8 - PLANILHA EQUIPE MEDICA).

Desta forma, visível é que a empresa **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA** já tinha excedido o limite previsto no **ARTIGO 3º, INCISO II** da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**¹ de **R\$ 4.800.000,00**, para que pudesse concorrer como **beneficiária do tratamento diferenciado para ME/EPP**,

¹ Art. 3º—Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se **microempresas ou empresas de pequeno porte**, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

II – no caso de empresa de pequeno porte, **aufira**, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a **R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**.

apresentando propositalmente o **BALANÇO PATRIMONIAL** de **2020**, em que os valores recebidos são muito inferiores aos realizados.

E, como é do conhecimento, na forma do **§9** do **ARTIGO 3º** da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**, havendo a receita bruta excedido em 20%, o limite legal, portanto, o valor total de **R\$ 5.760.000,00** (cinco milhões setecentos e sessenta reais), dar-se-á a **EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DOS BENEFÍCIOS** elencados na referida Lei, para ME/EPP, a partir do mês subsequente ao do excesso, vejamos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se **microempresas ou empresas de pequeno porte**, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

II – no caso de empresa de pequeno porte, **aufira**, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a **R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**.

§ 9º A **empresa de pequeno porte** que, no ano-calendário, **exceder o limite de receita bruta anual** previsto no **inciso II** do **caput** deste artigo **FICA EXCLUÍDA, NO MÊS SUBSEQUENTE À OCORRÊNCIA DO EXCESSO, DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO PREVISTO NESTA LEI COMPLEMENTAR**, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12.

Segundo dispõe o **ARTIGO 7** da **LEI 10.520/2002**, será declarada inidônea, a empresa que “***APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME***”, será descredenciada no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou **apresentar documentação falsa exigida para o certame**, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios** e, será **descredenciado no Sicaf**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital** e no contrato e das demais cominações legais.

Portanto, a **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** da empresa **EQUIPE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA** (CNPJ 14.074.423/0001-60), e a revogação do ato eivado de vício é medida salutar, tendo em vista o **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE** entabulado no **ARTIGO 5º, INCISO II** da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**.

4 – DOS PEDIDOS

POR ESTAS RAZÕES, requer a Vossa Senhoria se digne receber a presente Denúncia a fim de que:

a) A empresa **EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA** (CNPJ 14.074.423/0001-60), seja declarada **INIDÔNIA** e impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos, pela falsidade de **DECLARAÇÃO DE ME/EPP** e por falta de entrega de **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2021**, na forma do Item 12.12.3 do Edital do Certame e **Artigo 31, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93**.

Requer ainda, sob pena de nulidade (art. 272, §5º, do CPC), que de todas as intimações/publicações inerentes a este processo conste o nome do advogado LEONARDO SANTOS DE RESENDE, OAB/MT 6.358-O.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Rondonópolis – MT, 30 de julho de 2022.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a series of vertical strokes, appearing to be 'L. Santos'.

Leonardo Santos de Resende - OAB/MT 6.358

Sílvia M. Muchagata – OAB/MT 6.872

Hallison de Barros Santos – OAB/MT 25.296/O